



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

LEI Nº 2945 DE 11 DE dezembro DE 2008.

Projeto de Lei nº 029/2008, de autoria do Poder Executivo Municipal.

“Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ZÓZIMO WELLINGTON CHAPARRAL FERREIRA, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Município, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 2º. O FMHIS é constituído por:

I – repasses e transferências de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;

III – dotações do Orçamento Geral do Município;

IV – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

V – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

VI – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;

VII – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 3º. O FMHIS será gerido por um Conselho Gestor.

Art. 4º. O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto de forma paritária por órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil, na proporção de no mínimo 1/4 (um quarto) para cada segmento, com a participação de representantes dos setores: público, movimentos populares e privados, subseqüentemente a seguir:

I – Pelo Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, ou qualquer órgão ou denominação que venha substituí-lo;

II – por 01(um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

III - por um representante da Secretaria de Ação Social;

IV - por um representante da Câmara Municipal de Barra do Garças;

V - por um representante da União de Moradores de Bairros do Município de Barra do Garças;

VI - por um representante do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil;

VII - por um representante da Associação dos Sem-Teto de Barra de Garças;

VIII - por um representante do Sindicato dos Empregados no Comércio de Barra do Garças;

IX - por um representante do Rotary Clube de Barra do Garças;

X - por um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Mato Grosso – CREA;

XI - por um representante da Loja Maçônica;

XII - por um representante da Universidade Federal de Mato Grosso.

§ 1º A Presidência do Conselho Gestor do FMHIS será exercida pelo Secretário de Viação, Obras e Serviços Públicos.

§ 2º O presidente do Conselho Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.

2



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 3º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor do FMHIS.

§ 4º Competirá a Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Art. 5º. As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

- I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
- II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;
- V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;
- VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;
- VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FMHIS.

§ 1º Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

§ 2º A aplicação dos recursos do FMHIS em áreas urbanas deve submeter-se à política de desenvolvimento urbano expressa no plano diretor do Município.

Art. 6º. Ao Conselho Gestor do FMHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, na política e no plano habitacional de interesse social;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;

III – deliberar sobre critérios para a priorização de linhas de ações;

IV – deliberar sobre as contas do FMHIS;

V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;

VI – aprovar seu regimento interno.

§ 1º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 2º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá, sempre que necessárias, audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

2



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Art. 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer as demais normas necessárias à operacionalização do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, inclusive quanto às prestações de contas e a avaliação dos resultados.

Art. 8º - O Conselho constituído nos termos do artigo fica reconhecido também como Conselho Municipal de Habitação.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 2.883 de 14/12/2007.

Gabinete do Prefeito aos 11 dias do mês de dezembro de 2008.

ZÓZIMO WELLINGTON CHAPARRAL FERREIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada no
livro próprio e afixada no
mural da Câmara Municipal,
em 11.12.08 MZF